



**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026-PML  
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026-CPC/PML**

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS**, conforme disciplinado no §1º, do art.14 da Lei Federal nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23/2023, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, Decreto nº 6.040, de 07/2007, Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF, Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para atendimento específico de **estudantes Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais**, da rede pública municipal de ensino do Município de Lábrea/AM.

A **Prefeitura Municipal de Lábrea**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 22 de Outubro, n 1888, Bairro: Centro, inscrita no CNPJ sob nº 05.830.872/0001-09, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor **GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO**, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660/2023, alterada pela **Lei nº 15.226/2025, de 30/06/2025 para estabelecer em 45%** o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito desse programa e c/c regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, e suas alterações, vem realizar **chamada pública específica para Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais**, para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente de fornecedores da agricultura familiar de Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do PNAE com entrega durante o ano de **2026**.

Os interessados que se enquadrem na regulamentação da Lei Federal nº 11.326/2006, seus decretos e portarias regulamentadoras, na Lei nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660/2023, c/c Resolução FNDE nº 06/2020, c/c o Decreto nº 6.040/2007, a Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE podem apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda **no período de 06/02/2026 até 25/03/2026**, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h, na sala da Comissão Permanente de Contratação da Prefeitura Municipal de Lábrea, localizada na sede da Prefeitura, situada na Rua 22 de Outubro, Nº.1888, Centro – Lábrea/AM.

Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital de chamada pública e seus anexos deverá ser enviado, para a sala da Comissão Permanente de Contratação em até 01(um) dia antes da data



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

fixada para o dia da abertura e análise da documentação de habilitação e seleção dos projetos de venda, fixada para o dia **26 de março de 2026, às 09:00 horas**.

**1. OBJETO**

O objeto da presente Chamada Pública é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS**, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

**Quadro 01 - Especificações dos gêneros alimentícios**

Item	Produtos	Especificação do produto	Und	Qtd.	Preço de Aquisição
1	Abacate	Tamanho médio ou grande. 1ª qualidade Médio Ou Grande, 1ª Qualidade, Transportados Em Monoblocos Plásticos Frestados, Embalagem 1.0 Quilogramas	KG	30	R\$ 5,50
2	Abacaxi	Fruta in natura, de tamanho médio, limpo, de primeira e acondicionado de forma a evitar danos físicos, íntegros, de vez (por amadurecer), apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Sem partes escuras e ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Podendo ser orgânico.	KG	500	R\$ 7,50
3	Abobora Regional (Jerimum)	Fruto de boa qualidade, fresco, e firme, apresentando tamanho uniforme e apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e mediato. A casca e a polpa devem apresentar-se intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas de forma adequada.	KG	150	R\$ 5,00
4	Açaí	A polpa de açaí deve ser obtida de frutas frescas, sãs, maduras, atendendo às respectivas especificações, desprovidas de terra, sujidade, parasitas e microrganismos que possam tornar o produto impróprio para o consumo. Embalado em sacos de 1L.	LITRO	100	R\$ 12,00
5	Ariá	Raízes com porte médio de boa qualidade, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade.	KG	100	R\$ 5,00



**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

		Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato.			
6	Bacaba	A polpa de bacaba deve ser obtida de frutas frescas, sãs, maduras, atendendo às respectivas especificações, desprovidas de terra, sujidade, parasitas e microrganismos que possam tornar o produto impróprio para o consumo. Embalado em saco.	LITRO	20	R\$ 5,00
7	Banana maçã	Bem desenvolvida, médio amadurecimento, com tamanho e cor uniformes, firme e sem manchas. Isenta de danos físicos e/ou mecânicos decorrente do transporte e manuseio. Deverão ser transportadas de forma adequada.	KG	1000	R\$ 7,00
8	Banana Pacovã	Fruto fresco, com as pencas tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão ser transportadas de forma adequada.	KG	4000	R\$ 8,50
9	Banana prata	Fruto fresco, com as pencas tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão ser transportadas de forma adequada.	KG	3000	R\$ 7,70
10	Batata doce	Raízes com porte médio de boa qualidade, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e	KG	300	R\$ 6,00



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

		imediatos. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas sacos de fibra padrões.			
11	Cará	Raízes com porte médio de boa qualidade, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e mediatos. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas sacos de fibra padrões.	KG	100	R\$ 6,00
12	Cheiro verde (coentro e Cebolinha)	As folhas deverão estar frescas e sãs, intactas e firmes, viçosas, de cor verde brilhante, com coloração uniforme e sem sinais de amarelecimento. Não poderão estar danificadas e nem apresentar podridão, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície, umidade externa anormal e resíduos de defensivos agrícolas e/ou outras substâncias tóxicas. Não deverão apresentar parasitos ou larvas. Maço com quantidade média de 400g.	MAÇO	3000	R\$ 5,00
13	Chicória	Folhas integras, apresentando tamanho uniforme, devem ser frescas de cor verde escura, sem áreas amareladas ou pontos escuros.	MAÇO	1000	R\$ 4,30
14	Chocolate em pó 100% Cacau	Tipo: em pó. Produto obtido da semente da fruta do cacau. Acondicionado em embalagem atóxica, e transparente. Produto próprio para consumo humano.	KG	50	R\$ 26,00
15	Colorau	Produto obtido a partir do urucum, sem adição de sal, embalado em pacotes de 100g, acondicionado em fardo de 01kg.	KG	100	R\$ 21,00
16	Couve folha	Folhas integras, apresentando tamanho uniforme e que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e mediatos. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto. Deverão	MAÇO	1000	R\$ 5,00



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

		estar acondicionadas em caixas plásticas padrões.			
17	Farinha amarela	Grupo seca, caroço médio, classe: amarela tipo 1, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e fragmentos estranhos. Embalada em pacotes plásticos de 1 kg, transparentes e resistentes.	LT	700	R\$ 7,70
18	Farinha de tapioca	Grupo: Seca, branca. Não deverá apresentar misturas, resíduos e/ou impurezas, odor forte e intenso, não deverá estar úmida, fermentada ou rançosa. Acondicionada em pacotes de 1Litro, atóxica e transparente.	KG	50	R\$ 8,00
19	Feijão da Praia (boca preta)	Feijão da praia, do tipo chamado boca preta. Acondicionado em embalagem resistente atóxico transparente, contendo 01 kg, isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho.	KG	150	R\$ 10,70
20	Galinha caipira	Embalados em sacos transparentes, atóxico, limpo, aspecto próprio, sem mancha esverdeadas, cheiro característico, não pegajoso. O produto deverá ser entregue diretamente nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.	KG	250	R\$ 35,00
21	Laranja	Fruto fresco, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas em sacos resistentes ou caixas plásticas padrões.	KG	40	R\$ 7,50
22	Macaxeira	Raízes com porte médio de boa qualidade, fresco, e firme, apresentando tamanho uniforme e apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar	KG	200	R\$ 4,70



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

		acondicionadas em sacos de fibra ou caixas plásticas padrões			
23	Mamão	Fruto fresco, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas em sacos resistentes ou caixas plásticas padrões.	KG	500	R\$ 7,00
24	Maxixe	Fruto fresco, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas em sacos resistentes ou caixas plásticas padrões.	KG	50	R\$ 10,00
25	Melancia	Fruto fresco, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas em sacos resistentes ou caixas plásticas padrões.	KG	400	R\$ 5,00
26	Milho Verde (espiga)	Milho verde in natura. Apresentação: espiga, com coloração dos grãos amarelos forte, com grãos inteiros, sem podridão e sem fungos e sem palha.	KG	50	R\$ 4,00
27	Ovo de galinha caipira	Sem rachaduras, tamanho médio, recobertos com plástico transparente, resistente.	UNID	3000	R\$ 1,50



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

28	Pato	Embalados em sacos transparentes, atóxico, limpo, aspecto próprio, sem mancha esverdeadas, cheiro característico, não pegajoso. O produto deverá ser entregue diretamente nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.	KG	100	R\$ 37,00
29	Peixe liso seco	1ª qualidade, sem pele, sem couro, espinhas ou escamas, seco, em embalagens de 1 kilo. O produto deverá ser isento de substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características. O produto deverá ser entregue diretamente nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.	KG	500	R\$ 13,50
30	Pimenta de cheiro	Fruto fresco, tendo atingido o grau máximo do tamanho especificado, com aroma, cor e sabor característicos da espécie/variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Não serão aceitos defeitos graves de natureza fitossanitária, fisiológicas e mecânicas (físicas), que afetem sua qualidade e aspecto, com a casca e polpa intactas e firmes. Deverão estar acondicionadas em sacos resistentes ou caixas plásticas padrões.	KG	30	R\$ 20,00
31	Pirarucu seco	1ª qualidade, sem pele, sem couro, espinhas ou escamas, seco, em embalagens de 1 kilo. O produto deverá ser de manejo em comunidades tradicionais. O produto deverá ser isento de substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características. O produto deverá ser entregue diretamente nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.	KG	500	R\$ 16,50
32	Polpa de cupuaçu	Polpa de cupuaçu é o produto não fermentado e não diluído, obtido da parte comestível do fruto através de processo tecnológico adequado, com teor mínimo de sólidos totais. Embalagem plástica transparente contendo 1kg do produto. O produto deverá ser entregue diretamente	KG	50	R\$ 10,00





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

		nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.			
33	Polpa de graviola	Polpa de graviola é o produto não fermentado e não diluído, obtido da parte comestível do fruto através de processo tecnológico adequado, com teor mínimo de sólidos totais. Embalagem plástica transparente contendo 1kg. O produto deverá ser entregue diretamente nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.	KG	20	R\$ 10,00
34	Polpa de Goiaba	Polpa de Goiaba é o produto não fermentado e não diluído, obtido da parte comestível do fruto através de processo tecnológico adequado, com teor mínimo de sólidos totais. Embalagem plástica transparente contendo 1kg. O produto deverá ser entregue diretamente nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.	KG	20	R\$ 10,00
35	Tapioca	Produto pronto para consumo, sem adição de manteiga. O produto deverá ser entregue diretamente nas unidades escolares de acordo com o requerimento da Secretaria de Educação e nas datas agendadas.	UNID	3000	R\$ 5,00
36	Tomate	De 1ª qualidade, de tamanho médio, íntegros, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho, acondicionados em embalagens limpas e integras.	KG	20	R\$ 5,50
<b>TOTAL DA AQUISIÇÃO</b>				<b>R\$ 164.060,00</b>	

**Dos preços:**

\*Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. **(Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 alterada pela Resolução/CD/FNDE nº 20 de 02 de dezembro 2020).**

Na pesquisa de preço, na medida do possível, deve-se seguir o regido no art. 31 da Resolução FNDE nº 06/2020, e suas alterações;

A média de preço definida pela Entidade Executora, no edital de compras, será o preço pago por item/produto ao fornecedor da agricultura familiar de Povos e Comunidades Tradicionais pela venda dos gêneros alimentícios, inserido no projeto de venda, no contrato e na nota fiscal;

Na pesquisa de preço **NÃO** deve ser considerados os preços de sites governamentais, conforme prescrito no § 6º, art. 28, da Resolução FNDE nº 06/2020.





**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

**Limite máximo de venda por DAP e/ou CAF ou NIS, por ano civil, por Entidade Executora (EEX).**

O limite individual de venda do agricultor familiar de **Indígenas, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais** será de **até 40 mil** por Número de Identificação Social (NIS), no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), conforme regulamentado na **Nota Técnica nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE**.

2.1.1 A forma de controle do limite de venda deverá ser definida pela Entidade Executora (**EEX**) juntamente com representante do Controle de Alimentação Escolar (**CAE**), e demais atores sociais, nos termos do art. 44, da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, que remete ao art. 19 da Lei 11.947/ 2009.

## **2. FONTE DE RECURSO**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0204.12.361.0062.2018-Manutenção da Rede de Ensino Fundamental; 33.90.30.500-Material de Consumo; 0204.12.361.0065.2027-Manutenção do Programa de Alimentação Escolar-Indígena; 33.90.30.552-Material de Consumo-FNDE.

## **3. Documentação para habilitação de fornecedores Indígenas, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais.**

**3.1** Para o procedimento de habilitação, os fornecedores de Povos e Comunidades Tradicionais, podem apresentar a documentação conforme disciplinado no art. 34 e art. 36, da Resolução CD/FNDE nº 06/2020.

**3.2** Para os casos em que os fornecedores não tenham acesso a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (**DAP**) ou ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (**CAF**), as **Entidade Executora (EEX)** devem aceitar o Número de Identificação Social (NIS), no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), conforme regulamentado na **Nota Técnica nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE**.

## **4. Dos fornecedores da agricultura familiar indígena, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais.**

Nesse processo de compra pública específica, os fornecedores serão aqueles que se enquadram nos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 11.326, de 24/07/2006, seus Decretos e Portarias regulamentadoras, identificados como produtores dos gêneros alimentícios.

## **5. Documentação para habilitação de fornecedor indígena Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais.**

**5.1** Para o procedimento de habilitação no certame, os Fornecedores Individuais Indígenas, quilombolas e/ou povo de comunidades tradicionais, **NÃO** organizado em grupo, deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

5.2I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (**CPF**);



**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

II - o extrato da **DAP Física** ativa ou do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (**CAF**), Pessoa Física (PF), do agricultor familiar **Indígena, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais** participante, emitido nos últimos 60 dias ou na **AUSÊNCIA** da **DAP** ativa ou **CAF** Pessoa Física (PF), **ACEITEM** o registro do Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único para Programas Sociais (**CadÚnico**).

III - o projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar, considerados da cultura, das tradições e dos hábitos alimentares saudáveis da etnia/comunidade, para atender o cardápio da alimentação escolar indígenas, quilombolas ou povo de comunidades tradicionais, com assinatura dos agricultores participantes;

IV - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria do agricultor.

**5.3 Para o procedimento de habilitação no certame, o GRUPO INFORMAL indígena, quilombolas e/ou de povos tradicionais, deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:**

**5.4 I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;**

II - o extrato da DAP Física ativa ou CAF PF, de cada **agricultor familiar indígena, quilombolas e/ou de povos tradicionais**, participante, emitido nos últimos 60 dias, na **AUSÊNCIA** da DAP ativa ou CAF, **ACEITEM** o registro do Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único para Programas Sociais (**CadÚnico**).

III - o projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar, considerados da cultura, das tradições e dos hábitos alimentares saudáveis da etnia/comunidade, para atender o cardápio da alimentação **escolar indígenas, quilombolas e/ou povo de comunidades tradicionais**, com assinatura dos agricultores participantes;

IV - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria do agricultor.

**5.5 Para o procedimento de habilitação no certame, o GRUPO FORMAL indígena, quilombola e/ou de povo tradicional deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:**

**5.6 I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).**

II - o extrato da **DAP** Jurídica ativa ou do **CAF**, Pessoa Jurídica (PJ) para associações e cooperativas **Indígenas, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais**, emitido nos últimos 60 dias ou na **AUSÊNCIA** da **DAP** ativa ou **CAF**, **ACEITEM** o registro do Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único para Programas Sociais (**CadÚnico**) **de cada agricultor associado/cooperado**.

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - o projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar, considerados da cultura, das tradições e dos hábitos alimentares saudáveis da etnia/comunidade, para atender o cardápio da alimentação escolar indígenas, quilombolas ou povo de comunidades tradicionais, com assinatura dos agricultores participantes;

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria do agricultor;

VII – a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

## **6 Do projeto de venda.**

6.1 Os fornecedores indígenas, quilombolas ou povos de comunidades tradicionais, deverão apresentar o projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar, considerando as informações contidas no **quadro 01 sobre especificações dos gêneros alimentícios**.

6.2 O projeto de venda e a documentação podem ser entregues no mesmo envelope, contendo a identificação do participante e da comunidade a qual pertence.

6.3 Na ausência ou desconformidade de quaisquer documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedida abertura de prazo para sua regularização de até 5 dias úteis, conforme análise da Comissão Julgadora.

## **7 Procedimento de seleção dos proponentes.**

7.1 O critério de seleção a ser utilizado neste edital de chamada pública específico para agricultores familiares indígenas, quilombolas ou povo de comunidades tradicionais é a produção e o abastecimento de gêneros alimentícios para o ambiente escolar, no sentido de autoconsumo considerando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis de cada etnia e/ou comunidade.

**7.1.1** Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – **DAP ativa ou CAF jurídica ativa ou NIS**) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – **DAP ou CAF Física ativa ou NIS**, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de **DAP ou CAF Física ativa**) ou registro do Número de Identificação Social (**NIS**) do Cadastro Único para Programas Sociais (**CadÚnico**).

**7.2** Os grupos formais e informais deverão possuir agricultores familiares nas comunidades listadas no edital.

**7.3** Quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

7.4 No caso de haver concorrência no certame ou de empate entre os fornecedores, deverá haver consenso entre as partes, optando-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre os fornecedores, não havendo consenso optasse pelo sorteio;

7.5 No caso de não aparecer fornecedor da própria comunidade, agricultores familiares de localidades tradicionais adjacentes, poderão ser selecionados para fornecimento na escola.

7.6 A relação dos fornecedores de agricultores familiares indígenas, quilombolas ou povo de comunidades tradicionais será apresentada em sessão pública e registrada em ata o término do prazo de apresentação da documentação e dos projetos de venda;

7.7 Todo o processo deverá ser acompanhado por um representante do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), nos termos do art. 44, da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, que remete ao art. 19 da Lei 11.947/ 2009.

7.8 O resultado desse processo de compra será publicado na imprensa oficial (Diário Oficial do estado/município) e por outros meios de comunicação local.

## **8 Dos contratos administrativos públicos.**

8.1 Os contratos pactuados entre o ente público e os fornecedores da agricultura familiar de Povos e Comunidades Tradicionais serão regidos pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme a Lei nº 14.133/2021 e suas Instruções Normativas;

8.2 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

8.3 A Entidade Executora convocará regularmente o proponente vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05(cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

8.4 Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

8.5 O prazo de vigência da contratação será de 10(dez) meses a iniciar na data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021;

8.6 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas vigentes, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Entidade Executora (**EEX**) especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

8.8 São partes integrantes do contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, projetos de venda e informações apresentadas pelos fornecedores da agricultura familiar e que deram suporte à classificação na chamada pública.

8.9 Os fornecedores da agricultura familiar vencedores do certame devem manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de chamada pública, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

8.10 É vedada a subcontratação do objeto desse edital de chamada pública, ou seja, a produção dos gêneros alimentícios deve ser própria de cada fornecedor da agricultura familiar inserido no projeto de venda e contratado;

8.11 O(A) contratado(a) será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo(a) contratante.

## **9 Pagamento.**

9.1 O pagamento será realizado até **10 (dez) dias** úteis após a última entrega do mês, através de depósito em conta bancária do contratado, conforme informado no projeto de venda, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

9.2 Os documentos fiscais (**NF**) de compra dos gêneros alimentícios devem ser emitidos em nome da Entidade Executora (**EEX**) e identificados com o nome do **FNDE e do PNAE**.

9.3 Fica vedado o **atraso no pagamento dos (as) contratados (as)**, uma vez que o repasse do recurso federal realizado pelo FNDE é mensal, salvo atraso do órgão federal.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

9.4 Nos casos em que o agricultor familiar não estiver apto a receber pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à Entidade Executora e/ou à Unidade Executora realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme § 5º, art. 49, da Resolução do FNDE nº 06/2020.

## **10 Das Disposições Gerais**

10.1 É facultado à comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase desta chamada pública, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

10.2 As normas disciplinadoras desse edital de chamada pública serão sempre interpretadas em favor do interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;

10.3 O presente edital e seus anexos na forma física, serão fornecidos de forma gratuita, bem como todo o processo de compra por meio de chamada pública e estão disponíveis na sala da **Comissão Permanente de Contratação-CPC/PML**, localizada na Sede da Prefeitura Municipal de Lábrea, Rua 22 de outubro, nº1888, Centro – Lábrea/AM.

10.4 Na execução contratual poderão ser utilizado meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

10.5 A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.

10.6 O foro para dirimir questões relativas a esta chamada pública será o da Comarca de Lábrea, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **11 Anexos**

- 11.1 Anexo I – Modelo de projeto de venda;
- 11.2 Modelo de Declaração de limite de DAP/CAF;
- 11.3 Anexo II – Modelo de contrato.

Lábrea/AM, 26 janeiro de 2026.

---

**ANTONIO CARLOS GALVÃO DA SILVA**  
Secretário Municipal de Educação e Cultura  
Portaria 07/2025-GPML





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
CHAMADA PÚBLICA 002/2026

**CHAMADA PÚBLICA 002/2026 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

**CARTA-CONTRATO N.ºxxx/2026-CPC/PML DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR INDÍGENA E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS QUE SE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA E O SR(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A (Entidade Executora do PNAE), pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua ..... , n.º ....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., representada neste ato pelo (a) Sr. Prefeito (a) Municipal, ....., nomeado(a) pela Portaria n.º ....., de .... de ..... de 20..., publicada no DOU de .... de ..... de ....., doravante denominado **Contratante**, e por outro lado o (a) Sr.(a) ....., (nome fornecedor individual), situado à ....., n.º ....., em ...../....., inscrita sob CPF sob n.º .....(se grupos informais e fornecedor individual), doravante denominado (a) **Contratado (a)**, fundamentados nas disposições no §1º, do art.14 da Lei Federal nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660/2023, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, Decreto nº 6.040/2007, Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF, Nota Técnica FNDE nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que consta edital de chamada pública nº ....., **de .../.../202/...**; na legislação de contratos administrativos públicos, art. 89 a art. 194 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Instruções Normativas afins, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente contrato administrativo público mediante as cláusulas que seguem.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1.1 O objeto do presente contrato de fornecimento é a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por **agricultores familiares Indígenas, Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais** ....., **(o local da produção)** para o atendimento do cardápio da alimentação escolar dos alunos de educação da ..... **(descrever o local das aldeias/comunidades)**, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis desses povos, nas condições estabelecidas no edital de chamada pública nº ....., **de .../.../202/...**, e seus anexos, que fazem parte do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**1.2 Objeto da contratação**





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

Descrição Produto		Unidade	Quantidade	Período de entrega	Preço de aquisição	
					Preço unitário - divulgado na chamada pública	Preço total
1					R\$ .....	R\$ .....
2					R\$ .....	R\$ .....
3					R\$ .....	R\$ .....
4					R\$ .....	R\$ .....
5					R\$ .....	R\$ .....
6					R\$ .....	R\$ .....
7					R\$ .....	R\$ .....
<b>Valor total do Contrato</b>						<b>R\$ .....</b>

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4 O descritivo dos itens e pesquisa da média de preço realizada pela Entidade Executora conforme rege Resoluções do FNDE;

1.5 O edital de chamada Pública, a autorização de contratação conforme rege o art. 14 da Lei nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660/2023;

1.6 Anexos com os documentos dos proponentes e avisos;

1.7 Os(s) projetos de venda dos proponentes;

1.8 Ata de adjudicação da seleção e ato de publicização do resultado em órgão oficial.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO.**

2.1 Para viabilizar a execução do objeto desse contrato será utilizada somente dotação orçamentária repassada pelo FNDE, no âmbito do PNAE, ação orçamentária nº .....ou nota de empenho nº ..... (indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica).

2.2 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios conforme item 1.2 deste documento, o (a) contratado(a) receberá **o valor total de R\$..... (.....)**.

2.3 Nos casos em que o(a) agricultor(a) familiar ainda não estiverem apto a receber pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à EEx e/ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme § 5º, art. 49, da Resolução do FNDE nº 06/2020, (ou aquela que venha a substituí-la).

2.4 O(a) contratante, após o recebimento do Termo de Recebimento e notas fiscais, ter tramitado o processo para instrução e liquidação, efetuará o pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, em nome do(a) contratado(a), **no Banco ..... Agência nº ....., conta corrente nº .....**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

2.5 Não haverá atrasos no pagamento dos(as) fornecedores(as) da agricultura familiar, uma vez que, os repasses do FNDE ocorrem mensalmente, e os(as) agricultores(as) dependem desse valor para reaplicar na produção.

2.6 Não será efetuado qualquer pagamento ao(a) contratado(a) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.7 O(a) contratante que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do(a) contratado(a) fornecedor, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais dos recursos do FNDE em tempo hábil.

2.8 No ato do pagamento não deverá ser solicitada comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade fiscal e demais documentação exigida no edital **da chamada pública nº ....., de ../.../202...**

**3. CLÁUSULA TERCEIRA: LIMITE DE VENDA DO AGRICULTOR FAMILIAR INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.**

3.1 O limite individual de venda do agricultor familiar de **Indígenas, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais** será de **até 40 mil** por Número de Identificação Social (NIS), no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), conforme regulamentado na **Nota Técnica nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE**;

3.2 Para os fornecedores que apresentarem o Número de Identificação Social (NIS), no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o limite individual de venda do agricultor familiar de Povos e Comunidades Tradicionais será de até 40 mil por NIS, por ano civil, por cada Entidade Executora do **PNAE**, conforme regulamentado na Nota Técnica nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE.

3.3 Na utilização do NIS a forma de controle do limite de venda deverá ser definida pela Entidade Executora juntamente com representante do Controle de Alimentação Escolar (CAE), e demais atores sociais, nos termos do art. 44, da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, que remete ao art. 19 da Lei 11.947/ 2009.

**4. CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

4.1 O prazo de vigência da contratação será de 10(dez) meses a contar na data da sua assinatura, conforme o que consta na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 No momento da contratação e a cada exercício financeiro, deverá ser observada a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando o contrato ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

- 5.1 Os gêneros alimentícios serão entregues conforme cronograma do item 1.2 deste documento. O recebimento dar-se-á mediante apresentação do **Termo de Recebimento** e das notas fiscais de venda pela pessoa responsável pela alimentação escolar no local de entrega;
- 5.2 As notas fiscais apresentadas deverão ser emitidas em nome e no CNPJ da Entidade Executora do PNAE (município/estado);
- 5.3 Os custos com fretes, cargas e descargas dos produtos adquiridos são de responsabilidade dos(as) contratados(as);
- 5.4 No ato da entrega, os alimentos deverão respeitar os hábitos e a cultura alimentar dos alunos de escolas de Povos e Comunidades Tradicionais.
- 5.5 O quantitativo de alimentos de cada entrega poderá ser alterado pelo(a) contratante quando houver mudança no calendário escolar ou por motivo de força maior, comunicando em tempo hábil ao (a) contratado(a);

**6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA(O) CONTRATANTE.**

- 6.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;
- 6.2 Comunicar o (a) contratado(a) todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto do contrato;
- 6.3 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo(a) contratado(a);
- 6.4 Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de 1 (um) mês para tomada de decisão, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 6.5 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes, intervindo nos casos previstos em lei e na forma deste contrato, visando proteger o interesse público;
- 6.6 Autorizar os pagamentos de faturas, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução do objeto do contrato;
- 6.7 Efetuar pagamento ao (a) contratado(a) de acordo com a forma e prazo estabelecido nesse contrato;
- 6.8 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados e aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no contrato;
- 6.9 Designar e apresentar ao (a) contratado(a) o responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato;
- 6.10 O (a) contratante deverá manter em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de cinco anos, a partir da conclusão da análise da respectiva prestação de contas pelo FNDE e da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC, pelo TCU, os documentos referentes à prestação de contas, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com recursos do PNAE, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas unidades escolares. Esses documentos deverão ser



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

disponibilizados, sempre que solicitado, ao TCU, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao CAE.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO (A) CONTRATADO (A).**

7.1 O (a) contratado(a) se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da agricultura familiar ao (a) contratante conforme descrito no item 1.2 desse contrato;

7.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação e qualificação exigidas no edital de chamada pública;

7.3 Garantir a qualidade do(s) dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, considerados da cultura, das tradições e dos hábitos alimentares saudáveis;

**7.4** O atendimento quanto à legislação higiênico-sanitária dos gêneros alimentícios da agricultura familiar segue a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 e a **orientação da Nota Técnica nº 3/2020/6ªCCR/MPF**;

7.5 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desse contrato;

7.6 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados o (a) contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto do contrato;

7.7 Comunicar por escrito, ao fiscal designado pela(o) contratante para fiscalizar e acompanhar a execução contratual, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários;

7.8 Guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das notas fiscais de venda, ou congêneres, dos projetos de venda, contrato e demais documentos afins, estando à disposição para se necessário comprovação;

7.9 Orientar, se necessário, a equipe do(a) contratante quanto à correta armazenagem dos produtos;

7.10 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

7.11 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

**8. CLÁUSULA OITAVA – RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.**

8.1 A Entidade Executora do PNAE quando comprar gêneros alimentícios de grupos informais e fornecedores individuais (produtores rurais pessoas físicas), ficam obrigadas a reter e recolher a contribuição devida pelo Produtor Rural Pessoa Física na qualidade de sub-rogada da obrigação, por força do art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.



**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

8.2 Quando a compra for de gêneros alimentícios de grupos formais da agricultura familiar, a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento é das cooperativas ou associações, por força art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, visto que estes adquirem de produtores rurais pessoas físicas.

**9. CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

9.1 O acompanhamento e a fiscalização será exercido pelo fiscal deste contrato o (a) Sr. ...., **CPF nº .....,..... (cargo)** que ficará disponível para responder ao (a) contratante e ao (a) contratado, ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e outros atores sociais.

**9.2** Na ausência do fiscal do contrato, conforme item 9.1, o substituto será o (a) **Sr. .... CPF nº .....,..... (cargo).**

**10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO.**

10.1 A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada pelo(a) contratante em até ..... **dias** subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União e demais sítios eletrônicos oficiais, e, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

**11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

11.1 Entre as prerrogativas concedidas para a administração pública, no regime jurídico dos contratos, consta a possibilidade de:

- a. modificá-los, unilateralmente, para adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do(a) contratado(a);
- b. extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- c. fiscalizar sua execução;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- e. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
  1. risco à prestação de serviços essenciais;
  2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

11.2 As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do(a) contratado(a);

11.3 Na hipótese prevista na alínea 'a' do item 11.1 deste documento, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

**12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e a legislação vigente, devendo cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 É proibido ao (a) contratante retardar imotivadamente a entrega dos produtos, conforme cronograma do item 1.2 desse documento, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

12.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**12.4 Este Contrato não obriga ao CONTRATADO a entrega total dos itens aceito neste instrumento contratual, mas sim somente conforme documento de solicitação de entrega dos produtos emitido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC.**

**13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

13.1 Não será exigida garantia contratual.

**14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E PREÇOS**

14.1 O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela(o) contratante:

a. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para adequação técnica a seus objetivos;

b. quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela **Lei nº 14.133/2021**;

II - Por acordo entre as partes:

a. quando necessária a modificação do regime de entregas, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b. quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de gêneros alimentícios;

c. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.2 Na hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro, o direito à revisão de preços pode ocorrer a qualquer tempo, desde que comprovado o expressivo aumento de preços decorrente de fatores imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis, a teor do que está previsto no art. 124, II, alínea "d", da Lei 14.133/2021, por acordo entre as partes.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

14.3 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 14.1, deste documento, o (a) contratado(a) será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem para fornecimento de alimentos. Essas alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

14.4 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do (a) contratado (a), a (o) contratante deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

14.5 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

14.6 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.7 Os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - Empenho de dotações orçamentárias.

14.8 O prazo para resposta ao (à) contratado (a) sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de .....dias.

## **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE**

15.1 Independentemente do prazo de vigência desse contrato, considerando a data-base vinculada à data do orçamento, o reajustamento de preço seguirá:

I – O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE; e/ou

II – O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e calculado com base em outras três taxas: Índice de Preços por Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com data-base vinculada à data do orçamento.

III – O prazo para resposta ao (à) contratado (a) quanto ao pedido de reajuste de preço será de .....dias.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO E NULIDADE DO CONTRATO**





**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

16.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, que deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 ao art. 139, da Lei nº 14.133/2021.

16.2 Constatada irregularidade no procedimento de chamada pública ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos descritos no art. 147 e art. 148 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3 A nulidade não exonerará a (o) contratante do dever de indenizar o (a) contratado(a) pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

16.4 Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de chamada pública por irregularidades ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 Dos atos da (o) contratante cabem recurso conforme disciplinado no art. 165 ao art. 168 Lei Federal nº 14.133/2021;

17.4 O (a) contratante ou o (a) contratado (a) será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no art. 155, com as respectivas sanções descritas no art. 156 ao art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1 Esse contrato será executado respeitando os critérios de sustentabilidade ambiental, relacionados a menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos, menor presença de materiais perigosos ou tóxicos, maior vida útil, com possibilidade de reutilização ou reciclagem, e geração de menor volume de resíduos.

18.2 Compete ao (à) contratante e ao (à) contratado(a), no que couber, atender a matéria regida pelo art. 144 Lei nº 14.133/2021.

18.3 O (a) contratado(a) se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pela produção e entrega dos gêneros alimentícios ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante ao (a) contratante, pelos eventuais prejuízos causados ao interesse público.



**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

**19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

19.1 Poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.

19.2 A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.

19.3 Os contratos poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

19.4 O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

**20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

20.1 Na execução desse contrato serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, as disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

20.2 A execução desse contrato será regido pela Lei nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660/2023, Resoluções vigentes do FNDE e edital de chamada **pública nº...., de .../.../202/...**; pela legislação de contratos administrativos públicos, art. 89 a art. 194 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Instruções Normativas afins, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

20.3 A execução do contrato será acompanhada por representantes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), nos termos do art. 44, da Resolução CD/FNDE nº 06/2020, que remete ao art. 19 da Lei 11.947/ 2009.

20.4 Os casos omissos serão decididos pelo (a) contratante, de acordo com a legislação aplicável a execução de contratos administrativos públicos, subsidiariamente às normas e princípios gerais dos contratos.

**21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

21.1 É competente o Foro da **Comarca de Lábrea/AM** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser resolvidos pela conciliação e pelos meios alternativos de resolução de controvérsias.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

Lábrea/AM, ..... de ..... de 202....

---

CONTRATADA (fornecedor)

---

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

PROJETO DE VENDA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS						
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2025						
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES						
GRUPO FORMAL						
1. Nome do Proponente				2. CNPJ		
3. Endereço			4. Município/UF			
5- Email			6. DDD/Fone			7. CEP
8- Nº NIS		9.Banco		10.Agência Corrente		11.Conta Nº da Conta
12.Nº de Associados		13.Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006				14.Nº de Associados
15. Nome do representante legal				16.CPF		17.DDD/Fone
18.Endereço				19. Município/UF		
II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade			2.CNPJ			3.Município/UF
4. Endereço					5.DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail					7.CPF	
III – RELAÇÃO DE PRODUTOS						
	1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço de Aquisição*		5.Cronograma de Entrega dos produtos
				4.1.Unitário	4.2.Total	
1						
OOBS:	* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal			Fone/E-mail:	



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

PROJETO DE VENDA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS						
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº--						
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES						
GRUPO INFORMAL						
1. Nome do Proponente				2. CPF		
3. Endereço			4. Município/UF		5. CEP	
6. E-mail (quando houver)			7. Fone			
8. Organizado por Entidade Articuladora ( ) Sim ( ) Não		9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)			10. E-mail/Fone	
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES						
	1. Nome do Agricultor (a) Familiar	2. CPF	3. NIS	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
1						
III– IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade			2. CNPJ		3. Município	
4. Endereço					5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF		
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
	1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição* /Unidade	6. Valor Total
						Total agricultor



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
CHAMADA PÚBLICA 002/2026

						Total agricultor
						Total agricultor
						Total agricultor
						Total agricultor
						Total agricultor
						Total agricultor
Total do projeto						

OBS: \* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

	1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto	6.Cronograma de Entrega dos Produtos
					Total do projeto:	

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:		Fone/E-mail:
	Assinatura do Representante do Grupo Informal	CPF:
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

PROJETO DE VENDA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº--

**I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR**

**FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL**

1. Nome do Proponente		2. CPF		
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP
6. Nº doNIS		7. DDD/Fone		8. E-mail (quando houver)
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente

**II- Relação dos Produtos**

	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
				Unitário	Total	
1						
2						
OOBS	* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					

**III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC**

Nome		CNPJ		Município
Nome do Representante Legal		CPF		

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:		CPF:
	Assinatura do Fornecedor Individual	





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**CHAMADA PÚBLICA 002/2026**

**RELAÇÃO POR ESCOLAS E COMUNIDADES INDIGENAS**

<b>NOME DA ESCOLA</b>	<b>INEP</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>QUANT. ALUNOS</b>
CURUMIM	13105060	PAXIÚBA	RURAL	8
FRANCISCO LOPES	13087576	CUJUBIM	RURAL	16
MANOEL RICARDO	13082345	CAPURANA	RURAL	10
CRISPINHO	13058304	CRISPIM	RURAL	38
KUKUWE	13058045	COPAÍBA	RURAL	37
HIARA	13270206	MORADA NOVA I	RURAL	37
SÃO FRANCISCO	13077376	MORADA NOVA II	RURAL	24
IRMÃ CLEUSA	13047477	JAPIIM	RURAL	16
SÃO JOSÉ	13265253	SÃO JOSÉ/CAITITU	RURAL	33
AKA 'OJOMO' IHAVA	13085388	SÃO CLEMENTE	RURAL	11
ELSON QUINTINO DAS NEVES	13089633	TERRA NOVA KM 18	RURAL	10
AVIDAHA	13100653	ÚIDA	RURAL	31